

Criada a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal

Sistema ganha sua 10ª Coordenadoria de Câmaras Especializadas, a de Engenharia Florestal, formada a partir dos estados de MT, RS e SC

A criação da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal (CCEEF), em 18 de dezembro, promoverá uma importante mudança de paradigmas, bem de acordo com a expertise cada vez mais profunda, proporcionada pelo debate mundial em torno da sustentabilidade. Debate que teve como seus principais marcos, também em 2012, a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e ainda a aprovação do novo Código Florestal brasileiro (lei nº 12.651/2012). Esta ruptura de paradigmas é a expectativa dos representantes da décima coordenadoria de câmara especializada dos Creas, cujo corpo profissional registrado no Sistema Confea/Crea e Mútua abrange aproximadamente 11 mil profissionais.

Criada após atender ao critério mínimo estabelecido pelo regimento interno do Confea, que prevê a participação de pelo menos três câmaras especializadas regionais, a Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal (CCEEF) reúne, por enquanto, as câmaras de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo seus coordenadores, há a expectativa de que em breve os estados do Amazonas e de Amapá venham a se agregar a este grupo.

Segundo o coordenador da Comissão de Ética e Exercício

Profissional, eng. eletric. Marcos Vinicius Santiago, a nova Câmara atende a uma solicitação que já tramitava no Confea há cinco anos. A criação havia sido aprovada em maio pela Decisão Plenária 0724/2012. “Ela deixa então de ter suas resoluções tomadas pela Câmara de Agronomia, participando da eleição como as demais coordenadorias, já em fevereiro, no Encontro de Representantes”, comentou então.

Resistências e atribuições

Embora a engenharia florestal tenha 52 anos de história no Brasil, hoje contando com cursos em 62 universidades, seu reconhecimento enquanto modalidade ainda encontra certa resistência no Sistema Confea/Crea e Mútua. Na visão do coordenador da câmara de Engenharia Florestal do Rio Grande do Sul, engenheiro florestal Luiz Elesbão, historicamente, a Agronomia tem mantido uma grande resistência em reconhecer modalidades como a Engenharia Florestal, a Engenharia de Pesca e a Engenharia Agrícola.

“Esta é a grande dificuldade que a gente tem. O próprio Regimento Interno ainda não contempla a Engenharia Florestal como modalidade, embora já tenha havido câmaras no Amazonas e no Amapá, que fecharam justamente por falta de uma representatividade maior. Certamente, elas vão voltar agora. Atualmente, somos a câmara mais antiga, no Rio Grande do Sul, com 12 anos. Já vínhamos fomentando as entidades de classe e as universidades para que se filiassem ao Sistema. Deu certo. Hoje a engenharia florestal é consolidada. Somos exportadores de celulose, hoje temos a maior fábrica do mundo, no Mato Grosso, (N.R: Eldorado Brasil, inaugurada em 12 de dezembro, último), então, em função da preservação permanente proporcionada pelo trabalho do engenheiro florestal, sobretudo no contexto do Novo Código Florestal, acredito que a Câmara venha em boa hora”.

O engenheiro florestal acrescenta que a principal meta da câmara de Engenharia Florestal é apresentar à sociedade as

atribuições profissionais e os currículos da engenharia florestal no Brasil. “Em função da sustentabilidade, dos problemas climáticos, da retirada de vegetação em lugares impróprios e das cheias frequentes em diversos lugares, precisamos mostrar que todas estas relações com o solo são atribuições do engenheiro florestal. Embora seja este o papel das entidades de classe, estas relações com a sociedade são muito debilitadas, e o Sistema agora será o braço direito para mostrar à sociedade quem é o engenheiro florestal”, considera o professor da graduação na Universidade Federal de Santa Maria.

Descentralização

Para o coordenador da câmara especializada de Engenharia Florestal do Mato Grosso, eng. ftal. Ézio Ney Prado, a câmara atende a uma demanda já bastante discutida no Crea-MT e na Associação dos Engenheiros Florestais do estado. Sua expectativa é de que a participação da categoria nos Creas de todo o país aumente, fortalecendo assim a Câmara Nacional. A demanda materializada na construção da “maior fábrica de celulose do mundo”, pode ser medida também pela existência de quatro cursos de graduação na área, em Cuiabá, Alta Floresta, Sinop e Cárcere, perfazendo cerca de 1.100 profissionais na região.

“Por enquanto, vai ser um desafio grande. Há alguma resistência. Acredito que o que falte seja um pouco de conscientização dos próprios engenheiros florestais para começar a estruturar a nossa Câmara, em parte, a categoria está desmobilizada. As discussões em torno das questões ambientais ficarão um pouco mais descentralizadas porque a câmara de Agronomia puxava mais para as suas questões, e as nossas ficavam um pouco suprimidas. Na reunião de criação da Câmara discutimos a intenção de, já no Encontro de Representantes, quando será eleito o coordenador geral, a gente propor que pelo menos uma das reuniões das câmaras

aconteça em outro estado, para também criar câmaras em outros estados com forte incidência de atuação”, diz, ressaltando que a questão ambiental é uma tendência irreversível e que a câmara veio no momento certo, principalmente devido ao novo Código Florestal, em que os engenheiros florestais passarão a ter um “novo marco” para poder “espelhar-se”.

Sustentabilidade é a palavra

A criação da câmara de Santa Catarina, em 2011, após cinco anos de discussões, e sua instalação, no ano passado, proporcionou que fosse pleiteada ao Confea a criação da Câmara Nacional de Engenharia Florestal. Ponderando a iminência da criação da Câmara do Amapá e ainda a de Minas Gerais, seu coordenador, o eng. fltal Marcos dos Santos Weiss, define que “com a implementação da Câmara Nacional, a expectativa é que a câmara conquiste maior autonomia. Poderemos levar ao conhecimento público as atribuições do engenheiro florestal, algo que não foi difundido, por estarmos sempre atrelados à Agronomia. Quando comecei a atuar, nos anos 80, éramos 50 engenheiros florestais em Santa Catarina. Hoje, somos mais de 1.300 profissionais”.

Professor da Universidade do Contestado, em Canoinhas, onde foi instalado o primeiro curso de engenharia florestal de Santa Catarina (hoje há outros quatro cursos, em universidades particulares), Weiss considera que “a palavra do momento” é sustentabilidade, e o profissional preparado para promovê-la é o engenheiro florestal. “Nossa grade curricular é preparada para lidar com recursos naturais renováveis e com a própria sustentabilidade em si. Nós falamos de sustentabilidade desde a década de 80, antes da Constituição. Qualquer empreendimento precisa do fator sustentabilidade, e o profissional preparado para lidar com a conservação e a preservação dos recursos naturais é o engenheiro florestal. Desde a conservação das florestas nativas ao uso sustentável das florestas plantadas, de reflorestamento. Também é nossa atribuição o manejo

florestal, que visa ao uso sustentável, racional, da natureza, e isso é sustentabilidade”. O engenheiro florestal ressalta que o manejo se faz tanto na floresta nativa (para a indústria moveleira e de produtos não madeiráveis, como os fármacos), como na floresta plantada (constituída pelas indústrias de grande escala, como a de papel, que lança mão de grandes ativos florestais).

Paradigmas

As transformações que a engenharia florestal vem experimentando, nas últimas décadas, acompanham a evolução do debate ambiental em todo o mundo. “A grande mudança é que a engenharia florestal, no início, visou bastante à produção florestal. Hoje, visa à produção florestal e à conservação de ambientes florestais. São duas linhas de formação do engenheiro florestal, os que vão trabalhar com manejos de florestas nativas e plantadas, e os que vão trabalhar com os parques florestais, que hoje também é uma turma bastante significativa”.

Mas há paradigmas que deverão persistir, como o uso do pinus e do eucalipto para a produção de papel. “Não se substitui isso. Há o senão de não serem nativos, mas, no setor industrial, todo o seu maquinário é destinado para estas espécies. Não haveria condição para modificar isso, em termos de mercado mundial”, diz, informando que tanto as florestas econômicas como as de conservação vão ampliar suas áreas de produção, com novas plantas de papel e celulose no Brasil. “Mas as empresas que detêm um patrimônio florestal, com áreas muito grandes, têm sempre mais área de conservação do que de utilização. O diferencial é em torno de 40 por cento para uso, 60 para conservação. Isso tem justificativa pela obediência à legislação ambiental. As grandes empresas dificilmente fogem à sua responsabilidade social. O que houve foi a mudança da legislação, mas houve a regulação com certificados ambientais garantindo o uso sustentável”.

Nesse sentido, para Weiss, o Código Florestal veio para regular o uso do solo, e sua interferência maior recai sobre a pequena propriedade. “A média e a grande não tiveram muitas alterações. De acordo com o Novo Código, toda propriedade terá que fazer o seu cadastro, e terá que ser feito através do engenheiro florestal, no prazo de dois anos. Então, esta demanda deverá ser cumprida pelos profissionais”.

Em relação aos sombreamentos, Marcos considera que eles sempre ocorrem, principalmente com a Agronomia. “Alguns não fazem parte da grade curricular deles e geram discussões, mas outros são contemplados pelos dois sem problema”. Em relação à engenharia ambiental, ele esclarece que não há qualquer ligação com a engenharia florestal. “Na sua maioria, os cursos de engenharia ambiental trabalham questões próximas à engenharia sanitária e química”.

Já o ex-presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, Glauber Pinheiro, defende que poderia ter havido um empenho maior para se criar primeiro mais câmaras nos Estados para, apenas depois, criar a câmara nacional. “Seria um absurdo não criar a Câmara porque a engenharia florestal não é um ramo da agronomia. Não fomos criados a partir da agronomia, foi preciso trazer professores de fora, inclusive. E temos que preservar esta autonomia”. O representante da SBEF no Colégio de Entidades do Sistema Confea/Crea e Mútua ressalta ainda que a visão apoiada por parte dos engenheiros agrônomos nos debates sobre o Código Florestal é bem diferente da que seria levada por sua categoria. Segundo ele, “a engenharia florestal produz alimentos, mas com uma visão diferente da visão predatória que se tem hoje. E a gente também produz madeira, não temos a visão de que o ambiente deva ser intocado. Acontece que a gente tenta mudar esta área o mínimo possível. Há uma diferença de filosofia”.

Henrique Nunes

Equipe de Comunicação do Confea